

DOU
08-06-98
MMD 00047
Sec 1
17-9

DESPACHO Nº 35, DE 26 DE MAIO DE 1998

Assunto: Processo FUNAI/BSB/0102/94. Referência: Terra Indígena LAGO JAUARI. Interessado: Grupo Indígena Mura. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/0102/94, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria da antropóloga Eliane da Silva Souza que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena LAGO JAUARI de ocupação do respectivo grupo tribal Mura, com superfície e perímetro aprovados de 15.180 hectares e 61 km respectivamente, localizada no município de Manicoré, Estado do Amazonas.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

SULIVAN SILVESTRE OLIVEIRA

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA
TERRA INDÍGENA LAGO JAUARI

ANEXO

Referência: Processo FUNAI/BSB/0102/94. Denominação: Terra Indígena Lago Jauari. Localização: Município de Manicoré, Estado do Amazonas. Superfície: 15.180 ha (quinze mil, cento e oitenta hectares). Perímetro: 61 km (sessenta e um quilômetros). Sociedade Indígena: Mura. População: 145 pessoas (1996). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico instituído pela Portaria nº 388, de 31 de maio de 1996, coordenado pela antropóloga Eliane da Silva Souza.

CARACTERIZAÇÃO

As primeiras iniciativas em promover o reconhecimento oficial das terras ocupadas tradicionalmente pelo grupo indígena Mura partiram da Ajudância do Madeira, subordinada à 1ª Inspeção Regional do Amazonas e Acre-PIR, do extinto Serviço de Proteção ao Índio-SPI. Conforme determinação da Lei Estadual nº 941, de 16 de outubro de 1917, que autorizou o Governo do Estado a conceder, como posses imemorais por ocupação primária, todas as terras de domínio indígena, o SPI atuou como intermediário na implementação deste processo, identificando diversos lotes espalhados em vários municípios do Estado do Amazonas.

A FUNAI, não dispondo de informações precisas sobre os motivos que levaram o SPI a separar os lotes de terras, uma vez que vários deles são contíguos e ocupados pela mesma comunidade indígena, decidiu que o Grupo Técnico de identificação se responsabilizasse pelas Terras Indígenas Mura localizadas no Município de Manicoré. As referências deixadas pelo SPI e recuperadas na década de 70 pela 1ª Delegacia Regional da FUNAI, sediada em Manaus, informam sobre a existência de dezoito lotes reconhecidos pelo SPI naquele município, entre os quais um denominado Terra Preta, incidente na região do lago Jauari. O Grupo Técnico percorreu a região dos rios Madeira, Manicoré, Mataurá, Uruá e Mariepaua, além dos lagos Acará, Bactas, Capanã e Jauari, situados no médio curso do rio Madeira e que fazem parte do complexo hidrográfico de domínio tradicional da população indígena Mura. O Relatório trata, exclusivamente, das comunidades indígenas Mura situadas na região do lago Jauari e que fazem parte da Terra Indígena Lago Jauari.

1- DADOS GERAIS

Espalhados em vários municípios do Estado do Amazonas, os Mura apareceram nas fontes histórico-documentais do século XVIII como o paradigma dos índios bárbaros, ou "de corso", imagem náutica utilizada para caracterizar os povos que constituíam uma ameaça aos empreendimentos coloniais, roubando e saqueando as aldeias dos demais índios e as embarcações coloniais. Exímios pescadores e navegadores, os Mura utilizavam suas próprias embarcações como moradia e deslocavam-se rapidamente, tanto no rio Madeira quanto nos seus tributários, à procura de lugares abundantes em peixe e caça. A população levantada pelo grupo técnico, durante os trabalhos em campo, soma um total de cento e quarenta e cinco pessoas, distribuídas em famílias nucleares, efetivamente residentes nas aldeias Terra Preta, Itaúba e Vista Alegre.

Os Mura, habitantes do médio curso do rio Madeira, também chamados de *Piahã* (Gonçalves, 1993:18), juntamente com o subgrupo *Pirahã*, que habita o rio Maici, afluente do rio Marmelos (tributário da margem direita do rio Madeira), formam o grupo Mura e pertencem a uma família lingüística menor do sul do Amazonas, integrada pelas línguas Mura e *Pirahã* (Rodrigues, 1986:81). As fontes históricas apontam que os *Pirahã* separaram-se dos Mura por volta da segunda metade do século XIX. A relação entre os Mura e os *Pirahã* esteve apoiada tanto em bases lingüísticas quanto culturais, pelo seu modo de vida semelhante e pela notável semelhança entre os adornos de cabeça, arco e flechas, observados na iconografia mura.

A Terra Indígena Lago Jauari, situada à margem esquerda do rio Madeira, encontra-se ocupada em caráter tradicional e permanente, de acordo com os ciclos sazonais que marcam a vida cotidiana do grupo e o calendário de atividades produtivas, quais sejam: a pesca, a caça, a agricultura de subsistência, como o cultivo da mandioca destinada à produção de farinha e a coleta de castanha, que são utilizadas tanto para consumo interno quanto em suas trocas comerciais por produtos industrializados de primeira necessidade com os barcos tipo regatão, muito comuns nesta região. A única via de acesso é a fluvial, pelo Madeira.

1.1- HISTÓRICO

As primeiras referências do contato entre os Mura e colonizadores encontram-se na documentação jesuítica, em carta do Padre Bartholomeu Rodrigues, no ano de 1714, e na lista de índios conhecidos no rio Madeira, encomendada pelo superior da Ordem, Padre Jacinto de Carvalho, junto aos Torá, os Pama, os Caripuna, os Unicoré, os Apurinã e os Iruri. A Companhia de Jesus é a responsável pelas primeiras tentativas de mobilização das forças coloniais para uma guerra de extermínio contra essa população indígena, cujos documentos básicos encontram-se nos Autos da Devassa Contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-1739), (Universidade de Manaus/MINC/Pró-Memória/INL, Manaus, 1986). Segundo o Frei Manoel Mourão, em um dos depoimentos contidos nos Autos, "as jesuítas não estavam no Madeira evangelizando e reduzindo os índios nos aldeamentos portugueses, estavam sobretudo colhendo cacau".

O tratamento opressivo dispensado aos índios com a continuidade da imposição de trabalhos forçados e as expedições punitivas, criaram condições para a participação dos Mura, ao lado dos negros, no movimento denominado Revolta da Cabanagem, que aterrorizou os setores dominantes da Amazônia nos anos de 1834-1840 e resultou em verdadeiro massacre dos revoltosos, causando cerca de 30.000 mortos, o equivalente a 1/5 da população total da Província do Amazonas (Hemming, 1978:237).

A repressão aos Mura foi violenta, restando poucos milhares, em 1840. Um dos feitos mais expressivos, e que haveria de lhes causar dura perseguição, durante e após a rebelião, foi a derrota e a morte que impuseram a Ambrósio Pedro Ayres Bararó, líder da expedição punitiva aos pontos cabanos no lago do Autazes: "o comandante do rio Negro, Ambrósio Pedro Ayres, ao passar entre duas ilhas foi atacado por sete canoas de rebeldes, a maior parte Mura, e defendendo-se até quase noite, tentou salvar-se em terra; mas foi agarrado e morto cruelmente" (Moreira Neto, 1988:109).

A participação dos Mura na Revolta da Cabanagem rendeu-lhes um novo período de represálias, o que levou a um novo declínio demográfico. A partir de 1850, os Mura voltaram a empreender ataques à viajantes, soldados e missionários. As aldeias localizavam-se nos lagos Capanã Grande, das Onças, Acará, Maria Pau, Uauara, Arary, Jacaré e no rio Jumas. Em 1853, os Mura foram localizados nas seguintes aldeias, todas na região do Madeira: Sapucaia-oroca, Mataurá, Atininga, Matupiri, Manicoré, Capanã, Uarapiara, Bactas, Carapanatuba, Crato, Três Casas, lagos do Antonio, das Onças, Grande, Acará, Uauara, Aracu, Jacaré, Araiá e Chaves.

As fontes do século XVIII estimam a população Mura entre 30.000 e 60.000 índios, fato que denota uma gigantesca espacialidade destes índios. Porém os estudos da etnologia mura alertam que se deve considerar o nomadismo e o movimento de pequenos grupos como um dos fatores determinantes desta espacialidade, que avança e se desloca do rio Madeira para o Japurá, reproduzindo os preconceitos e imprecisões que marcaram as fronteiras coloniais. Os Mura limitaram-se cada vez mais ao vale do rio Madeira, a partir de meados do século XIX, onde não estiveram a salvo dos ataques periódicos da população regional ou de seus inimigos tradicionais, os Mundurukú e os Parintintin.

No ano de 1856, um *Mapa Estatístico dos Aldeamentos de Índios*, publicado em anexo ao relatório anual do Ministério do Império, indicava, em toda a província do Amazonas, não mais de 1.300 índios Mura, aldeados em oito povoações subordinadas às *diretorias parciais* de Sapucaia-oroca, Autazes, Tijuca-murutinga e Aribá. Esse número indica um rápido decréscimo da população Mura que, ao mesmo tempo, tende a abandonar seus territórios tradicionais no Japurá, Negro, Purus, Juruá e Solimões, para concentrar-se, principalmente, no vale do rio Madeira. A maior dispersão dos Mura, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, pela corrente principal do Amazonas e pelos seus tributários a montante do Madeira, além dos conflitos aqui apontados, podem ser explicados pela maestria dos Mura como navegadores e pela busca permanente de novas áreas de caça e pesca.

A partir do século XX, a atuação do SPI na região foi de fundamental importância para o atraso do processo de espoliação das terras indígenas. Daí resultaram as dezenas de pequenos lotes de terras destinados às populações indígenas na Amazônia, doados pelo Estado. O posto indígena, único meio de atuação do SPI, forneceu às comunidades indígenas produtos agrícolas e artigos industrializados, incentivou a lavoura e iniciou projetos econômicos na região. Em 1926, a população Mura distribuída nos rios Madeira, Manicoré, Autaz, Purus e Urubu, somava cerca de 1.400 pessoas, com admissão de um total máximo de 1.600 índios.

Na década de 40, a PIR do SPI promoveu o reconhecimento dos limites dos lotes, expulsão dos intrusos das áreas, implantou projetos de comercialização da castanha e de atividades pecuárias. Em pesquisa sobre os *Pirahã*, Adélia Engrácia de Oliveira percorreu a região do vale do Madeira, durante a década de 70, observando a presença dos Mura nas terras identificadas por este Grupo Técnico e ainda encontrou comunidades Mura localizadas na região próxima ao rio Solimões. O estudo mais recente sobre os Mura encontra-se no Projeto Madeira: Levantamento das Populações Indígenas do Médio Madeira, de Lange & Heringer, 1981.

500
08.06.98

Sec 1
18

2- HABITAÇÃO PERMANENTE

A Terra Indígena Lago Jauari é composta por três aldeias, quais sejam, Itaúba, com nove residências, Terra Preta, com seis e Vista Alegre, com oito. As aldeias ainda possuem casa-de-farinha, utilizada de forma comunitária, e cemitério. As casas indígenas são compostas por famílias nucleares, construídas com material proveniente da floresta, são simples, altas e estão distribuídas nas aldeias de forma irregular. Estas famílias possuem parentes Mura nos lagos Acará, Baetas e Capanã, além dos rios Madeira, Manicoré, Mataurá e Uruá.

Cada aldeia possui sua própria organização social e política nos assuntos de ordem interna, porém as lideranças Mura se reúnem em torno da aldeia Itaúba quando o tema é de interesse das três comunidades. Ressalta-se que a proposta apresentada pelo Grupo Técnico engloba a proposta inicial do SPI e promove os ajustes necessários para adequar a atual distribuição espacial da população indígena, garantindo-lhes sua manutenção e reprodução física e cultural. A área possui o espaço suficiente para a expansão das aldeias, com o crescimento populacional, para o cultivo e manutenção de roçados e incursões na mata sejam em busca de matéria prima para construção das moradias ou a procura de caça e coleta.

O Grupo Técnico percorreu cada aldeia e participou de uma reunião coletiva para acertar os detalhes da proposta de limites da terra indígena, em conjunto. Observa-se que a localização das aldeias seguem critérios estratégicos de segurança do bloco único que envolve o lago Jauari e as margens do rio Madeira. Esta área, considerada por todos os membros das aldeias como uma única terra indígena, possui seus limites sociais internos bem definidos.

3- ATIVIDADES PRODUTIVAS

Os Mura praticavam, no passado, uma agricultura rudimentar de mandioca e de milho. A coleta de frutos silvestres era importante em sua economia de subsistência, mas como testemunha Nimuendaju, eles eram, acima de tudo, grandes pescadores e caçadores de animais de água doce como tartarugas, peixe-boi e pirarucu. Além de arcos e flechas, utilizavam com grande perícia o arpão na captura de animais maiores. Os Mura foram, e ainda são, exímios e rápidos navegadores, suas embarcações originais eram feitas de casca de árvore.

A pesca é a atividade de subsistência mais importante e a principal fonte de proteínas do grupo. Os Mura são excelentes pescadores, e as pescarias podem ser individuais ou pela família nuclear ou, ainda, em grupos masculinos. É utilizado o anzol e linha de nylon, podendo ser utilizado também o arco e flecha ou o arpão. Durante a estiagem, no período do verão, desenvolvem a pesca com mais intensidade no lago Jauari, Igarapés, Igarapós e nos poços formados na mata com a vazante. Os peixes mais apreciados são o pirarucu, tucunaré, pintado e tambaqui, entre outros. O inverno é considerado época de escassez pela dificuldade em capturá-los, pois este é o período que as águas se espalham e com elas os peixes.

A caça é realizada individualmente ou em grupos masculinos. Pode-se levar cachorros, que ajudam na localização dos animais da floresta. Atualmente, os homens caçam de espingardas e, ocasionalmente, de arco e flecha. As caçadas são raras devido à escassez de chumbo e pólvora. Atualmente, os Mura preparam farinha de mandioca, usando o *tipiti* e o forno, na casa de farinha. A atividade agrícola está concentrada no plantio da mandioca brava para produção de farinha, que os Mura consomem e utilizam em suas trocas comerciais. As canoas servem tanto como meio de transporte quanto para acondicionar a mandioca, de molho, às margens do lago Jauari, para fabricação da farinha. Além da mandioca, os Mura cultivam em seus roçados a banana, a cana-de-açúcar, o abacaxi, o milho, o cará e a batata doce. Os instrumentos de trabalho: os terçados, os machados e as enxadas, são adquiridos através dos regatões em troca da farinha, castanha, sorva e óleo de copaíba.

A coleta é comumente desenvolvida por todo o grupo, dela participam: homens, mulheres e adolescentes. A castanha é o principal produto coletado, junto com a sorva e a copaíba, sendo que a safra da castanha ocupa os meses de dezembro a abril. Os Mura coletam ainda mel, tubérculos, frutos silvestres como o açaí, o dendê, o pataú, pupunha, palmitos de tucumã, andiroba e coquinhos madeira e palha destinadas à construção das moradias e confecção de utensílios domésticos.

4- RECURSOS AMBIENTAIS

Localizada na região amazônica, a Terra Indígena Lago Jauari caracteriza-se pela grandiosa biodiversidade formada por complexos conjuntos de ecossistemas, que englobam as condições indispensáveis a manutenção das atividades produtivas e ao bem estar econômico e cultural dos índios Mura, garantindo-lhes sua permanência e sobrevivência no local. Situada à margem esquerda do rio Madeira, a montante da sede do Município de Manicoré, a área pertence à sub-região Bioclimática Eutermaxérica (equatorial) com período seco ausente e temperatura média superior a 20°C.

O solo predominante nesta região é o classificado como Latossolo Amarelo Álico, textura argilosa, geralmente ácido e muito profundo, favorável ao desenvolvimento de espécies arbóreas. O relevo é plano com declividade de 0 a 2% e erosão nula. Sua superfície é coberta por uma vegetação do tipo Floresta Ombrófila Densa, apresentando árvores de grande porte a exemplo da castanha, seringueira, itaúba, sucupira, além de diversas espécies vegetais que produzem frutos com sementes oleaginosas utilizadas na produção de óleos medicinais a exemplo da andiroba e copaíba.

5- REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Os dados populacionais disponíveis na documentação histórica referem-se aos Mura em geral e devido a falta de levantamentos populacionais anteriores ao realizado pela equipe técnica na região do lago Jauari, não foi possível obter as taxas de natalidade e mortalidade, nem sequer a variação da população nos últimos anos.

A continuidade da organização social do grupo e sua reprodução física e cultural encontram-se diretamente relacionadas a garantia de regularização das suas terras. A ligação entre proposta da Terra Indígena Lago Jauari e as demais terras indígenas Mura identificadas no mesmo município é estreita e tornou-se essencial para a manutenção da identidade étnica do grupo indígena, pois a população mantém laços de parentesco com os demais Mura. A aldeia Itaúba, situada na porção Oeste da Terra Indígena Lago Jauari, é a mais antiga e populosa das aldeias, possuindo sessenta e nove habitantes (1996), sendo que dela surgiu a aldeia Vista Alegre, com o crescimento demográfico e a procura por novos espaços para moradia e manutenção de roçados. A aldeia Terra Preta, situada no extremo oposto da aldeia Itaúba e porção Leste da área, possui um total de trinta e seis habitantes e a aldeia Vista Alegre, localizada no centro da área possui um total de quarenta habitantes. Observa-se um contingente superior de crianças.

6- SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

O levantamento fundiário não localizou a presença, permanente ou temporária, de não-índios com benfeitorias no interior da superfície identificada para a Terra Indígena Lago Jauari. Ocorre que, após o término dos trabalhos em campo, durante a confecção do respectivo mapa de delimitação no Departamento de Demarcação, foi detectada a incidência de parte do imóvel rural denominado Fazenda Bom Intento, localizado na confluência entre o rio Madeira e o Igarapé Bom Intento, junto ao Ponto 09 da proposta para a Terra Indígena Lago Jauari. Entretanto, o Grupo Técnico sugere a formação de um grupo técnico com o objetivo de complementar os dados fundiários da Terra Indígena Lago Jauari, de preferência acompanhada por um antropólogo.

7- CONCLUSÃO

A proposta de limites da Terra Indígena Lago Jauari, apresentada pelo Grupo Técnico, com superfície total de 15.180 ha e perímetro de 61 km, aproximadamente, encontra-se respaldada pela etno-história do grupo, pela teoria antropológica e por dados etnográficos, vindo também ao encontro dos preceitos prescritos pelo artigo 231 da Constituição Federal, que consubstanciam o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, quais sejam: (a) as áreas por eles habitadas em caráter permanente; (b) as áreas utilizadas para as suas atividades produtivas; (c) as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar; e, (d) as áreas necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo os seus usos, costumes e tradições.

Conclui-se diante do exposto ao longo do relatório que historicamente, e de fato, a Terra Indígena Lago

DOU
08-06-98

Sec 1
18

DOU
08-06-98

Sec 1
19

Jauari é de ocupação tradicional e permanente dos índios Mura e está apta para a continuidade do procedimento administrativo de regularização fundiária, de acordo com o disposto no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. É parte constitutiva deste Resumo o Memorial Descritivo e o Mapa de Delimitação da Terra Indígena Lago Jauari, em anexo.

ELIANE DA SILVA SOUZA
Antropóloga/DEID

Diretoria de Assuntos Fundiários-DAF
Departamento de Demarcação-DED
Memorial Descritivo de Delimitação
Denominação
Terra Indígena Lago Jauari
Aldeias Integrantes
Itaúba, Terra Preta e Vista Alegre
Grupo Indígena
Mura
Localização

Município: Manicoré

Estado: Amazonas

Administração Executiva Regional: Manaus

Extremos	Coordenadas Dos Extremos	
	Latitude	Longitude
Norte	06°08'32" S	61°57'59" Wgr
Leste	06°11'21" S	61°55'39" Wgr
Sul	06°14'53" S	61°57'07" Wgr
Oeste	06°10'34" S	61°05'42" Wgr

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
SB.20-Z-A-II e SB.20-Z-A-III	1:100.000	DSG	1987

Dimensões

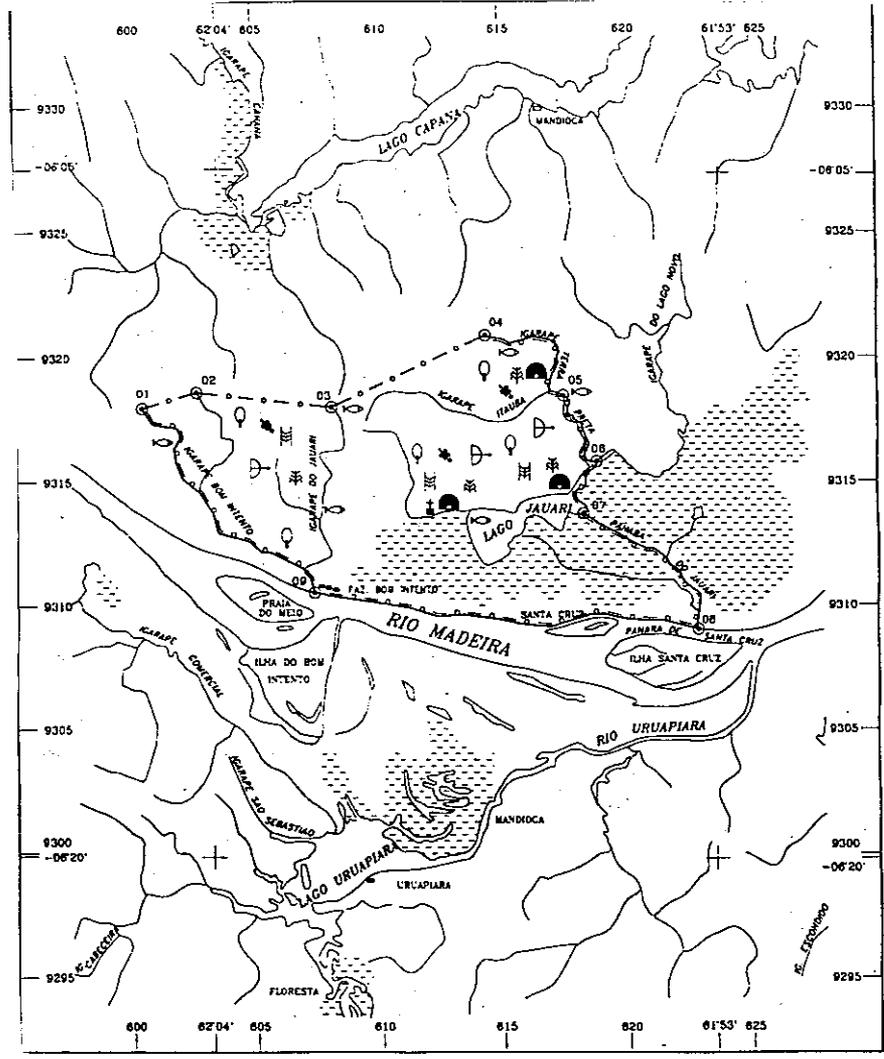
Superfície: 15.180 ha (quinze mil, cento e oitenta hectares) aproximadamente.

Perímetro: 61 km (sessenta e um quilômetros) aproximadamente.

Descrição Do Perímetro

NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas de 06°09'55" S e 62°04'16" Wgr localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente do igarapé Bom Intento, daí, segue por uma linha seca no azimute e distância de 99°13'53" e 4.451,68 metros, até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas de 06°10'18" S e 62°01'53" Wgr, daí, segue por uma outra linha seca no azimute e distância de 65°45'20" e 7.894,95 metros até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 06°08'32" S e 61°57'59" Wgr situado na cabeceira do igarapé Terra Preta, daí, segue pela margem esquerda deste, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 06°09'53" S e 61°56'23" Wgr, situado no entroncamento dos igarapés Terra Preta e Itaúba. LESTE: Do ponto antes descrito, segue pelo igarapé Terra Preta, sentido jusante, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas de 06°11'21" S e 61°55'39" Wgr, localizado na confluência dos igarapés Lago Novo e Terra Preta e lago Jauari, daí, segue margeando o lago até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas de 06°12'33" S e 61°55'49" Wgr localizado na confluência do lago Jauari com o paraná do Jauari, daí, segue por este paraná até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas de 06°14'53" S e 61°53'21" Wgr situado na foz dos paranás Jauari e Santa Cruz do rio Madeira. SUL: Do ponto antes descrito, segue por este rio, sentido montante, até o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas de 06°14'12" S e 62°01'51" Wgr, localizado nas confluências do rio Madeira com o o igarapé Bom Intento, daí, segue por este igarapé, sentido montante, até sua cabeceira no Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas de 06°10'34" S e 62°05'42" Wgr. OESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha seca no azimute e distância de 65°43'21" e 2.901,97 metros, até o Ponto 01, inicial da descrição do perímetro. Responsável técnico pela identificação dos limites: Zenildo de Souza Castro - Técnico em Agrimensura - AER Manaus.

500
08-06-98
19



- SINAIS CONVENCIONAIS**
- - - - - TERRA INDIGENA DELIMITADA
 - ⊙ - PUNTO DEFINIDOR DE LIMITE
 - - CURSO DA LAGUA
 - ⬤ - ALDEIA
 - ⊕ - CACA PESEA
 - ⊕ - IGREJA
 - ⊕ - CASTANHAL SERINGAL
 - ⊕ - FRUTAS SILVESTRES, ROCA

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
DENOMINAÇÃO TERRA INDIGENA LAGO JAVARI		PLANTA DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO MANICORÉ		SUPERFÍCIE APROX. 15 180 ha	PERÍMETRO APROX. 61 km
ESTADO AMAZONAS	ADM. REGIONAL MANAUS	ESCALA 1/200 000	DATA 28.12.98
FUNDO RESPONSÁVEL PELA TERRELA RESPONSÁVEL PELA DELIMITAÇÃO DOS LIMITES:		VISTO EM 16 DE DEZ. DE 1998	PORTARIA Nº 386/PRES/98